

PODER

O problema são os destaques

Preocupação dos governistas é a inclusão no "PL da Dosimetria" de pontos que possibilitem a abertura de brechas para anistia

» FABIO GRECCHI

Se os bolsonaristas não aceitam o "PL da Dosimetria" que o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) pretende apresentar até quarta-feira — afinal, não dá anistia aos condenados pela tentativa de golpe de Estado, sobretudo o ex-presidente Jair Bolsonaro; apenas propõe reduzir-lhes as penas —, os governistas estão atentos e desconfiados com o texto que será proposto. Isso porque a oposição pode tentar introduzir, e ganhar no voto em plenário, uma série de destaques ao projeto de lei que favoreça os golpistas. Dessa forma, a ordem emitida pelo Palácio do Planalto é de atenção total àquilo que for sugerido e mobilização intensa para a votação dos destaques, a fim de que não haja surpresas.

O Planalto e a base se dizem suficientemente escaldados contra a desatenção, e a derrota para tomar o controle da CPMI do INSS parece ter servido de lição. Dias antes da votação para a formação do colegiado, os governistas tinham certeza de que emplacariam o senador Omar Aziz (PSD-AM) na presidência e, na relatoria, o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO), indicado pelo presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos-PB). O cochilo custou caro. Quando o governo viu eleitos o senador Carlos Viana (Podemos-MG) como presidente e o deputado Alfredo Gaspar (União-AL) de relator, é que se deu conta de que os bolsonaristas trabalharam intensamente no vácuo deixado pelos liderados do Planalto — aos quais somente restou fazer mea-culpas nas redes sociais e prometer que percalços assim não aconteceriam mais.

Bruno Spada/Câmara



Lindbergh: manifestações representam uma virada na pauta da Câmara, presa à anistia e à blindagem

Entre os governistas, paira, ainda, a desconfiança em relação a Hugo Motta, que jamais se manifestou abertamente contra a anistia. Tanto que cedeu mais facilmente do que a base acreditava à pressão da oposição para pôr em votação a urgência do projeto sobre o tema, mesmo sem que se tivesse conhecimento do texto a ser apresentado. O fato de ter designado, depois, Paulinho da Força para buscar uma alternativa ao PL que visa beneficiar Bolsonaro, é encarada por parte dos apoiadores do governo como uma espécie de "cavalo de tróia" — sabem antecipadamente que os bolsonaristas, caso não consigam a derrubada da

materia, terão ainda a brecha de colocar pontos que lhes interessam por meio dos destaques.

A desconfiança em relação a Motta aumenta ainda mais por conta das propostas de punição aos opositoristas que tomaram de assalto o Plenário da Câmara, em reação à prisão domiciliar imposta pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a Bolsonaro. Parecer da corregedoria das Casa sugeriu a suspensão do mandato de Marcos Pollon (PL-MS), por quatro meses, por ter ocupado a cadeira e xingado o presidente da Câmara, e de um mês de Marcel Van Hattem (Novo-RS) e Zé Trovão (PL-SP)

— os demais parlamentares envolvidos no levante serão apenas advertidos. Segundo os governistas, Motta negociou uma pena amena para não perder apoio do PL e, também, não correr o risco de ser ameaçado por Eduardo Bolsonaro (PL-SP) com alguma sanção do governo dos Estados Unidos.

Para ajudar nessa mobilização dos governistas, aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva acreditam que a adesão às manifestações, ontem, pelo país contra o PL da anistia, terá poder de frear a tramitação da proposta e de manter a pressão contra condenados pela tentativa de golpe. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS),

ex-ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, afirmou que o governo sai fortalecido com os atos em repúdio à possibilidade de liberar Bolsonaro de ser punido por chefiar uma quadrilha que atentou contra o Estado Democrático de Direito, conforme a condenação do Supremo Tribunal Federal (STF).

"O apoio ao presidente Lula neste momento acaba sendo o grande guarda-chuva dessas pautas de salário mínimo, escala 6 por 1, soberania nacional. Mesmo sendo um ato difuso, com certeza fortalece esse campo popular e democrático", registrou nas redes sociais.

Líder do PT na Câmara, o deputado Lindbergh Farias (RJ) afirmou que os atos representam para o governo uma "virada" na pauta. "O projeto da anistia perde força. Essa revisão de penas também (referindo-se à proposta que vem sendo costurada por Paulinho da Força). A gente espera que essa virada popular facilite a aprovação de projetos que têm interesse do governo e da população brasileira", disse, ao participar do protesto em Brasília.

Pelo Instagram, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) mostrou que mesmo num dia chuvoso uma boa parcela de gaúchos se reuniu no Parque da Redenção, em Porto Alegre contra a anistia. E conclamou os eleitores a remeterem mensagens para os deputados repudiando a possibilidade de Bolsonaro e outros serem liberados da condenação pela tentativa de golpe. Da mesma forma, a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) aproveitou a manifestação na Avenida Paulista para mostrar que liberar os golpistas não é somente uma frente ao STF, mas é, sobretudo, uma agressão à democracia.



O projeto da anistia perde força. Essa revisão de penas também (referindo-se à proposta que vem sendo costurada por Paulinho da Força). A gente espera que essa virada popular facilite a aprovação de projetos que têm interesse do governo e da população brasileira"

Deputado Lindbergh Farias (PT-RJ)



O apoio ao presidente Lula neste momento acaba sendo o grande guarda-chuva dessas pautas de salário mínimo, escala 6 por 1, soberania nacional. Mesmo sendo um ato difuso, com certeza fortalece esse campo popular e democrático"

Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)



ROBERTO BRANT

Ainda temos uma Constituição?

O velho historiador inglês Lord Acton escreveu que todo o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente. Concordando com esse juízo. Tanto a teoria democrática quanto a prática constitucional moderna consagram o princípio da divisão e o equilíbrio entre os Poderes do Estado para impedir o poder absoluto.

A Constituição é a garantia do equilíbrio entre os Poderes. Se a Constituição, escrita por uma Assembleia Constituinte, convocada especialmente para este fim e cujas deliberações se alongam por meses e são acompanhadas do modo mais transparente pela sociedade, pode ser alterada sem qualquer procedimento formal, pela simples vontade da maioria parlamentar de ocasião, a democracia estará fundada sobre areia movediça. Constituições são marcos permanentes, feitos para durar e estar acima da volatilidade das opiniões e de interesses de oportunidade.

A Constituição brasileira, a bem da verdade, é um documento muito pormenorizado. O ideal teria sido que ela fosse muito mais sintética, tratando somente das questões estruturais. Por essa razão, muitas das suas disposições envelheceram precocemente, à medida que o país se transformava após o longo inverno autoritário.

Todos os governos que se seguiram à sua promulgação, em 1988, trataram de reformar algumas normas constitucionais. Essas reformas, em si mesmas, não desvirtuaram o caráter da Constituição, porque cumpriram procedimentos que asseguravam o debate, pelo tempo suficiente para que as opiniões da sociedade pudessem influir no juízo dos parlamentares. E assim sempre foi feito até muito recentemente. Na Câmara, cada projeto de emenda era discutido em uma comissão especial por

"SE A CONSTITUIÇÃO, ESCRITA POR UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, PODE SER ALTERADA PELA SIMPLES VONTADE DA MAIORIA PARLAMENTAR DE OCASIÃO, A DEMOCRACIA ESTARÁ FUNDADA SOBRE AREIA MOVEDIÇA"

permitted o acompanhamento do processo pela opinião pública. Não há mais comissão especial, o texto é construído à portas fechadas pelos líderes partidários e só é dado a conhecer aos próprios parlamentares, que vão sabê-lo no momento da votação.

A votação é feita às pressas, os dois turnos são realizados na mesma noite e, o mais grave dos absurdos, a votação pode-se dar por meios remotos, pelo celular, à quilômetros do Plenário. Parlamentares e opinião pública são mantidos à distância, como intrusos que são nesse processo de cunho claramente autoritário.

Na semana que passou, foi a vez de mais uma mudança constitucional, agora para blindar os parlamentares de toda investigação ou procedimento judicial, mesmo diante de crimes comprovados. Todos agora somos iguais, mas os parlamentares são mais iguais, nas clássicas palavras de George Orwell. Foi um procedimento instantâneo, costurado e negociado em horas, longe das luzes da imprensa e da opinião pública. Um autêntico golpe parlamentar, que arruína de vez a pouca confiança que o nosso Parlamento merece da nação.

A Câmara dos Deputados, sem legitimidade para isso, está se tornando um Poder Constituinte e está reescrevendo a Constituição a seu modo e para seu proveito, sem controle social e ao largo dos outros Poderes constitucionais, afirmando-se como uma espécie de Poder absoluto. Estamos diante de uma grave anormalidade.

Só nos resta esperar que, um dia, lideranças com outra estatura, com outra integridade e com outro respeito ao interesse público, tomarão o lugar destes líderes de ocasião. No caminho que vamos, nosso único destino será a desordem.

ESCOLHA A ESCOLA DO SEU FILHO 2025

O projeto Escolha a Escola do Seu filho chega à sua 19ª edição, trazendo ótimas opções de instituições de ensino para os moradores da capital. As escolas foram apresentadas de maneira dinâmica e detalhada para ajudar os pais a tomarem a melhor decisão para o futuro dos seus filhos.

Para encerrar o projeto de 2025 com chave de ouro, o Correio Braziliense promove o evento "Além do algoritmo: a educação o mundo digital", uma conversa com especialistas que abordará temas voltados à saúde mental, autonomia digital e pensamento crítico.

25/09
A PARTIR DAS 14H
Auditório do Correio Braziliense

Inscreva-se e acompanhe presencialmente esse evento

MEDIADORA
Mariana Niederauer
editora e coordenadora do site do Correio Braziliense

CONVIDADOS



Ricardo Fragelli
doutor em Ciências Mecânicas, professor da Universidade de Brasília (UnB) nos cursos de Engenharia, do Mestrado Profissional em Matemática e do Programa de pós-graduação em Design



Juliana Prates
professora associada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenadora do Grupo de Estudos GEIC; e membro do Núcleo de Ciência pela Infância (NCPI)



Marilucia Picanço
professora associada de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UnB) e membro do Departamento Científico da Sociedade de Pediatria do DF (SPDF)

Patrocínio: ONE SCHOOL, COLEGIO MARISTA, MONTESSORI, COLEGIO MARISTA DE BRASÍLIA, LEONARDO DAVINCI, SESI, ESCOLA Eleva, Colégio Mackenzie, SINEPE/DF

Apoio: Apoio de Comunicação: cb.dooh, TV BRASÍLIA

Realização: CORREIO BRAZILIENSE, CB Brands